

PLÍNIO SALGADO

O QUE É O INTEGRALISMO



**Propriedade artística e literária da
EDITORA DAS AMÉRICAS**

P R E F Á C I O E M 1 9 3 3

Brasileiro modesto, que trabalhas e sofres, êste livro te pertence. Bem sei de tua apreensão, de tua inquietude, quando, no silêncio da noite, vendo tuas filhas e teus filhos dormirem, tremes pelo destino que os espera. Pensas, naturalmente, que a sociedade pode desabar no sorvedouro extremista, pois os tempos andam carregados de ameaças. O fruto do teu trabalho como a lembrança da tua honra de nada poderão valer a tua prole, que estimas tanto. Se a vida se torna mais difícil, — pobres crianças! — que será delas? Se vamos para o comunismo e a anarquia — infeliz geração! — terá de submeter-se a uma ordem moral que não é a tua . . . Se continuamos a ser uma Pátria dividida em que os grupos regionais lutam pelo Poder Federal, novas guerras civis chacinarão teus meninos, quando forem moços! Sei quanto te atormentas, patrício, nas horas em que as dificuldades da tua vida te dizem que alguma coisa está errada, no govêrno. Por isso é que te ofereço êste livro, para te dizer, na intimidade de teu lar, que eu tenho abandonado muitas

vêzes a minha casa, para me pôr a trabalho pela tua família. Quero que leias com atenção estas páginas e venhas, em seguida, labutar neste serviço de Deus e da Nação, garantias da tua dignidade e do futuro de teus filhos. Somos um povo dividido em vinte e um grupos de interêsses, mas ainda não somos uma Nação. Levanta-te, patricio, do Nordeste, da Amazônia, do Planalto, do Centro e do Sul, como se fôsses um pedreiro, para bater comigo o malho nesta imensa construção, que é a Pátria Organizada. Será como se trabalhasses a erguer a casa onde deverão habitar teus filhos, porque a Nação é a moradia perene da nossa Raça. Terás a alegria que vibra no coração de todo integralista, quando se ergue para realizar a mais gloriosa página da história brasileira. Esquece a tua Província e lembra as coisas eternas que tens a defender e que são comuns a todos os Brasileiros, hajam nascido onde quer que seja. Se te desagregas, enfraqueces a Nação e a entregas nas mãos de inimigos, que são também os teus e de teus filhos. Se olhas a inte-

rêsses de ocasião, perderás a maior fortuna, que é a garantia da felicidade dos teus. Lê êste livro, transmite esta crítica e êste novo plano de construção ao teu vizinho, ao teu amigo, ao teu companheiro de classe profissional, aos teus parentes. E diz, resolvendo-te a ser um integralista sincero: — “Vou abandonar todos os compromissos, pois tenho de construir a casa de meus filhos”.

É por isso que êste livro te pertence, homem das cidades ou dos sertões brasileiros, — meu irmão!

PALAVRAS A ESTA EDIÇÃO

São decorridos vinte e três anos da publicação da primeira tiragem deste livro. Estive agora relendo-o e essa leitura me trouxe íntima satisfação, porque verifiquei que, no curso de tanto tempo, jamais alterei as idéias essenciais do meu pensamento doutrinário. Corrigi pequenas imprecisões de pensamento, pois no decorrer de todos êstes anos de uma vida agitada e, também, de estudo, meditação e experiência, minhas idéias se clarificaram, atingindo nos meus livros mais recentes a sua expressão definitiva.

Evidente que, após tão largo período, em que nunca descansei no estudo dos problemas humanos e nacionais, tive de exercer sobre mim mesmo uma autocrítica rigorosa, expungindo de quanto anteriormente havia escrito tudo aquilo que se prestasse a interpretações deformadoras da doutrina que esposo. Meus mais recentes trabalhos ganharam em clareza de exposição e em capacidade estilística e didática, apresentando-se com a terminologia e as expressões mais adequadas à tradução do pensamento espiritualista, cristão, nacional-brasileiro, que é a espinha dorsal do minha construção filosó-

fico-política. Mas, como documentação, como subsídio aos estudiosos da minha vida e da minha obra, êste livrinho muito servirá. Sobre-tudo se observarmos que, hoje em dia, após tantas decepções e desencantos, aquêles mesmos que me combateram e que são considerados no Brasil as sentinelas da «eterna vigilância» democrática, levantam uma tese muito mais avançada sôbre o sufrágio universal, tal como vem sendo praticado, tese com a qual não concordo pelo caráter extremamente reacionário e antipopular que apresenta.

O mais interessante neste livrinho é a observação que se pode fazer ao «Prefácio em 1933», pela qual se vê que os problemas brasileiros continuam os mesmos...

PLÍNIO SALGADO

I

DESTINO DO HOMEM E DA SOCIEDADE

A presente exposição da doutrina integralista eu a faço para as massas populares, procurando ser o mais simples possível, evitando as terminologias difíceis e me desembaraçando das malhas do eruditismo.

Escrevo para o meu povo, numa hora de confusão e de dúvidas, tanto nacionais como universais, e todo o meu desejo é tornar acessível aos simples o pensamento que já penetrou as classes ilustradas do País.

Êste livro pertence ao operário das cidades e aos trabalhadores do campo, ao soldado e ao marinheiro, ao estudante que ainda não atingiu os cursos superiores, aos pequenos proprietários, aos pequenos comerciantes, aos animadores das modestas iniciativas agrárias ou industriais.

Tôda essa população brasileira, que ferve nos centros urbanos ou se espraia pelos sertões, precisa ter uma consciência nítida do que lhe cumpre fazer e, principalmente, do que estamos fazendo,

nós, os integralistas, que já somos tantos, nas diferentes circunscrições da República.

Eis por que esta exposição deve começar por onde é forçoso principiá-la, perguntando-se: — Qual o destino do Homem e da Sociedade?

Ponha cada um a mão na consciência, medite um pouco, examinando os seus mais íntimos anseios. Observe a natureza humana dentro do seu próprio ser. É ainda no recesso do coração que o cérebro pode encontrar os materiais necessários ao estudo das grandes questões humanas.

Muito se tem escrito, desde que o mundo é mundo, acêrca dêsse grande problema da finalidade do Homem. E de tudo o que se sabe, a única coisa que resta, eterna e inquietadora, é a permanência de uma contínua aflição, a dor de secretos desejos, aspirações perenes de felicidade.

A vida em comum, sôbre a Terra, de milhões de homens, cada qual desejando expandir-se para ser feliz, criou, desde o comêço do mundo, a luta do homem contra o homem.

No comêço, a batalha foi desordenada e cruel. Inspirada nos instintos, deflagrou em pilhagem e homicídio. Depois, tornou-se astúcia e violência. E é com estas palavras que se escreve a história dos povos no alvorecer da humanidade.

Longa e dolorosa foi a marcha do gênero humano sôbre a terra, e os séculos estão cheios de gemidos, que subiram do fundo das galeras e das

trevas dos cárceres, dos campos devastados e dos ergástulos de cativos.

Essa tragédia prolongou-se, atenuando-se ou recrudescendo, repontando em cada século, sob novos pretextos, até assumir a feição moderna dos nítidos lineamentos da batalha econômica a qual se esboça mais claramente na época chamada Idade Média, que é escura, complicada, sem caráter definido, por abranger aspectos numerosos de um imenso laboratório social.

Foi daí por diante, e principalmente a contar do período da História denominado Renascimento, que a Humanidade começou a compreender bem o sentido verdadeiro da sua luta, sentido êsse dissimulado por outros interêsses aparentes, que revestiam a crueldade das guerras e das políticas internas de uma luz heróica e sugestiva.

A luta, em última análise, era pelos bens materiais, e o desejo dêstes armava os braços dos poderosos, os exércitos dos impérios, como acendia o despeito e a cólera nos vencidos e oprimidos.

Durante tôda a marcha da Humanidade, dois conceitos de vida e de finalidade se revesaram, ou se antepuseram, ou se conciliaram, de um ponto de vista formal, para de novo se separarem nessa outra luta do Espírito, que acompanhou paralelamente o combate econômico.

Um dêsses conceitos de vida é o materialista, isto é, o que encara a vida humana como um fenô-

meno que começa e termina sôbre a Terra. Para os que adotam êsse conceito, não existe Deus, não existe a Alma, e, como consequência natural, tudo o que se relaciona com essas duas idéias puramente espirituais, como sejam: a dignidade do ser humano, que se torna insubsistente por falta de base; a concepção moral, que se torna inexplicável e perfeitamente inútil; a idéia da Pátria, que não passa, então, de simples convencionalismo; a idéia estética, isto é, da beleza, que, sendo uma disciplina dos sentidos, segundo aspirações transcendentais, perde os seus pontos de referência; o amor da família e o do próximo, que já não se explicam uma vez que se tem de adotar um critério de felicidade pessoal, egoística, sem incômodos nem compromissos; e, finalmente, o sentimento de disciplina consciente, que será substituído pela disciplina mantida pela violência dos mais felizes nos golpes aventureiros.

O outro conceito é o espiritualista, isto é, o que considera a vida humana como um fenômeno transitório, condicionando uma aspiração eterna, superior. Para os que adotam êsse conceito, existe Deus, existe a Alma, e, como consequência natural, tudo o que se relaciona com essas duas idéias. O ser humano tem a sua dignidade, porque se torna superior às contingências materiais, ultrapassando os limites da luta biológica e a esta impondo um ritmo próprio; a concepção moral torna-se um imperativo perfeitamente definido e compreensível; a Pátria

deixa de ser uma convenção, para ser uma realidade moral, ligada à realidade da família e à tradição do povo; a estética, isto é, a idéia da beleza, torna-se precisa, jamais descambiando para as aberrações, que traduzem quase sempre confusão dos instintos ou perversões sexuais ou da sensibilidade; o amor da família e do próximo determina a abnegação e o sacrifício, glorificando o Homem pela libertação do egoísmo; e finalmente a disciplina terá uma origem interior, criando a harmonia dos movimentos sociais, como finalidade suprema.



Êsses dois conceitos lutaram sempre um contra o outro, em todos os tempos. Quando tem predominado o conceito materialista, o padrão das civilizações assenta sôbre os valores materiais, isto é, são mais estimados, mais considerados e respeitados: os poderosos, os ricos, os audazes e astutos, enfim os que melhor atingiram as situações mais agradáveis e fortes, ao passo que se relegam para um plano inferior as expressões intelectuais e morais, nada valendo o pobre, o trabalhador honesto, porém não vitorioso, o artista, o criador de expressões espirituais. Tudo, para as civilizações materialistas, são o êxito e a fortuna, porque a vida se cinge ao máximo do conforto e do prazer.

Ao contrário, nas civilizações inspiradas pelas superiores finalidades do Homem, os mais admira-

dos e respeitados são os que trazem para a sociedade o máximo de contribuição moral ou intelectual.

* * *

Sob o signo espiritualista, a luta se atenua, porque entram na sua composição fatores modificativos, como sejam a bondade, a solidariedade humana, o anseio de aperfeiçoamento moral, o predomínio do senso estético e religioso, os sentimentos de Pátria, de Família, de renúncia, de pequenos sacrifícios glorificadores.

Quando predomina o materialismo, também predomina o orgulho, a vaidade, a rebeldia, a discórdia, a indisciplina, razão pela qual as civilizações desabam, as Pátrias sucumbem, a sociedade apodrece na confusão desmoralizadora dos costumes; e a vida se torna insuportável para os que não estão no Poder, acastelados no govêrno ou na riqueza.

Quando o homem perde o senso da obediência ao Eterno, ao Imutável, ao Princípio e Fim de tôdas as coisas, êle se torna um ser miserável, sem capacidade para respeitar coisa alguma, a não ser o seu próprio orgulho ridículo, a sua vaidade fútil e os impulsos de seus instintos dissociativos. Se vencedor, o homem materialista esmaga cruelmente o seu semelhante, afronta-o com a sua espetacular opulência, oprime os trabalhadores e os intelectuais, cego e surdo aos clamores da massa que geme a seus pés. Se, ao contrário, êle não venceu, torna-

se um revoltado, um sistemático destruidor de todos os valores, assumindo atitudes de ceticismo e ironia, com que mascara a sua fraqueza, a sua incapacidade para agir. E ambos, vencido e vencedor, sob o signo materialista, são elementos venenosos, que corroem mortíferamente as coletividades e as Nações, as quais se putrefazem no abandono de si próprias.

Uma Nação que se deixou dominar pelo materialismo deixa de ser uma Nação, para se tornar um aglomerado de vaidosos, de incapazes de disciplina, de individualistas ridículos, de egoístas ferozes, de céticos amarelos, de usurários sem coração, de funcionários sem pudor, de negociantes sem escrúpulos, de soldados sem hierarquia, de pensadores desordenados, de escritores vendidos ou despeitados, de mães e espôsas animalizadas no luxo e na ostentação, de doutôres incultos e oportunistas, de charlatães a se acotovelarem com fumaças de talentos, e, finalmente, de uma massa trabalhadora oprimida, angustiada, mas sem consciência de sua dignidade moral, oscilando aos ventos da demagogia soprados por todos os revoltados e vencidos.

* * *

Esse espetáculo de nações agitadas e corroídas de ódios foi o panorama que nos apresentou todo o século XIX, o qual revelou o verdadeiro sentido da luta sobre a terra. Foi o egoísmo de uma civilização materialista que enfraqueceu os governos e

tornou as Pátrias instrumentos de guerra externa nas mãos de grupos econômicos cruéis. Foi o individualismo orgulhoso que uniu, de um lado, os capitalistas do mundo, numa obra internacional de degradação humana e de opressão das massas, e de outro lado, essas massas educadas, pelo próprio capitalismo, na incredulidade, de sorte a transformá-las em maquinismo de produção. Delineou-se nitidamente a luta de classe, que se desenvolveu à revelia dos governos, porque êstes perderam tôda a autoridade e tôda a possibilidade de contrôle e direção.

Enfraquecidos os governos e debilitadas as Pátrias, o materialismo cumpriu a primeira etapa da sua missão destruidora, estabelecendo os dois termos do seu problema, o choque brutal dos instintos de duas classes, que perderam o coração, perdendo o Espírito, e se defrontam, adversárias no plano dos interesses, mas correligionárias na mesma concepção do mundo, ambas aviltadas, rebaixadas da condição superior do Homem, ambas tendentes a destruir a personalidade, por excesso de individualismo, no oceano coletivista, suicídio de tôdas as aspirações isoladas do operário, escravidão pavorosa em que vibra o chicote de novos faraós alucinados.

* * *

A concepção integralista do mundo, como a própria palavra está indicando, considera o universo,

o homem, a sociedade e as nações, de um ponto de vista total, isto é, somando tôdas as suas expressões, tôdas as suas tendências, fundindo o sentido materialista do *fato* ao sentido interior da *idéia*, subordinando ambos ao ritmo supremo espiritualista e apreendendo o fenômeno social segundo as leis de seus movimentos.

O sinal que adotamos nos uniformes dos “camisas-verdes” e na bandeira do integralismo (*sigma*), indica em matemática o símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusivista da metafísica, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo.

* * *

O mundo é como é, e não como pretendem que seja os teorizadores de tantos sistemas que desorientaram o século XIX.

Consideramos que a finalidade do Homem é transcendental, é superior, é intelectual e moral. Consideramos, entretanto, que nem por isso o Homem deixa de ser um índice biológico, isto é, o Homem é um ser complexo, com aspirações na Terra, como corpo, e aspirações no Infinito, como centelha da Luz Eterna.

* * *

Cumprer considerar o Homem, não como peça de máquina, segundo pretendem os comunistas e os capitalistas, ambos baseados na mesma concepção materialista do universo, e sim como um ente autônomo, com sua dignidade própria, sua personalidade de todo o ponto respeitável.

Cumprer considerar o Homem, não como um indivíduo absorvente, hipertrofiando-se em proclamações de direitos e anseios de liberdade, que só aproveitam aos mais fortes, porém como um ser pensante e raciocinador, capaz de compreender os impositivos da harmonia social para a efetivação da felicidade de cada um, e, por consequência, uma personalidade, que aceita, com dignidade e por espontânea vontade, a disciplina e a hierarquia, porque compreende que só assim poderá evitar a crueldade das lutas sem respeito à autoridade da Nação.

Cumprer considerar o Homem, não apenas como um ser de finalidade exclusivamente sobrenatural, o que seria também a destruição da sociedade porque cada um deveria, então, cuidar tão-só da sua vida interior e contemplativa, porém como dupla natureza e, consequentemente, portador de dupla aspiração, e isso não é preciso aprender-se nos livros, porque o funcionamento do organismo o está ensinando desde o nascimento.

Compreendendo, assim, a finalidade do Homem e da Sociedade, o *integralismo* pretende realizar:

- o Homem Integral;
- a Sociedade Integral;
- a Nação Integral;
- a Humanidade Integral.

O Homem, realizando as suas justas aspirações materiais, intelectuais e morais; a Sociedade, funcionando harmoniosamente; a Nação, com autoridade efetiva, através dos seus órgãos de governo, mantendo o equilíbrio entre o Homem e a Sociedade; e, finalmente, a Humanidade, objetivando o seu superior destino de aperfeiçoamento.



Isto exposto, negada a finalidade materialista, mas aceito o imperativo das exigências materiais (o que é muito diferente), entremos na parte política, mostrando o que pretende fazer o *integralismo*, como política científica, norteadas por uma concepção filosófica.

O que pretende e o que fará, porque êle é hoje uma força invencível, pelo fato de consultar às realidades humanas e nacionais da Pátria Brasileira.

II

A LIBERAL-DEMOCRACIA

A luta econômica tem sido encarada sob dois critérios:

1.º — o critério individualista, isto é, o liberal-democrático, baseado nos princípios da Revolução Francesa.

2.º — o critério coletivista, isto é, o socialista, baseado no marxismo.

O primeiro critério, pretendendo iludir as massas trabalhadoras, pela ostentação de um fundo moral, baseado na liberdade humana, na igualdade, na fraternidade, na possibilidade de cada um conseguir galgar por si as posições de conforto e de poder, é, em última análise, um critério *materialista*, porque permite que se processe a evolução das forças materiais da sociedade sem nenhuma orientação diretiva do Estado, tornando êste um mero mantenedor da ordem pública.

O segundo critério, procurando mostrar às massas trabalhadoras que tudo se baseia no determinismo materialista e que o mundo deve ser encarado segundo o ritmo das forças materiais, é, em

última análise, um critério *idealista*, que pretende, segundo o fanatismo de uma idéia, contrariar a natureza humana, matando no Homem tendências que lhe são próprias, atrofiando-lhe a personalidade, negando-lhe qualquer valor como interferente na marcha social.

O primeiro critério, o da liberal-democracia, está falido completamente, porque sob a sua exclusiva responsabilidade é que os povos viveram e as nações se governaram no século passado, e os resultados colhidos foram:

— a grande guerra, que sacrificou milhões de vidas;

— a tragédia russa; as revoluções sul-americanas; a masorca chinesa; o banditismo no território norte-americano; as perturbações sociais em todo o planêta;

— a chamada “superprodução” de mercadorias; as legiões de desempregados, que sobem hoje a muitas dezenas de milhões; o pânico do capital e o desespero do trabalho; enfim, a angústia universal.

* * *

A liberal-democracia, proclamando a liberdade humana de um modo quase absoluto, criou um Estado fora e acima das lutas de indivíduos e grupos de indivíduos, um Estado meramente expectador da batalha econômica. Esse Estado se tornou cada

vez mais fraco, sendo, dia a dia, corroído pelas forças em conflito, de modo que não pôde influir no sentido de efetivar a justiça social e o equilíbrio da produção e do consumo.

Dois conceitos foram consagrados pela democracia-liberal:

- 1.º — o conceito do “homem-cívico”;
- 2.º — o conceito da “soberania nacional”, como a expressão da soma das vontades dos “homens cívicos”.

O primeiro é o absurdo biológico e o segundo o absurdo sociológico.

A relação entre êsses dois conceitos denominou-se: o “voto”.

Foi o terceiro absurdo oriundo dos dois primeiros.

* * *

Estudemos a liberal-democracia, antes de entrar na análise da doutrina socialista.

E comecemos, por onde devemos começar, isto é, pelo *pivot* das democracias: — o *voto*.

* * *

O voto é a grande mentira que serve de instrumento à opressão das massas trabalhadoras, iludidas na sua boa fé. Assim vejamos.

O voto deveria exprimir um interêsse real, direto, sendo uma relação entre o eleitor e o candi-

dato, do mesmo modo como êste seria uma relação entre o problema público e a solução alvitrada pelo votante.

Não basta conhecer o problema; é preciso ter interêsse nêle.

Por exemplo: os dados articulados num quadro negro diante do aluno que se submete a um exame, afetam o seu sentimento apenas indiretamente, porque a realidade opressiva não é a dos algarismos propostos, mas a do êxito da prova. O esquema gizado tem muito menor importância real para o estudante, do que as contas do alfaiate ou a anotação de despesas sumariadas no seu canhenho.

Não há emoção na consideração de uma conta de juros ou porcentagens, desde que os números não se refiram a realidades concretas da vida.

Ninguém se apaixona por um teorema de Tales de Mileto ou uma lei de Arquimedes; mas todos se incomodam pela conta alterada que traz o "garçon" de um restaurante.

Uns, são problemas em função intelectual, outros são problemas em função de vida.

* * *

Pois bem; a liberal-democracia não propõe problemas em função de vida e de realidade a cada um dos cidadãos que deve usar dos direitos por ela outorgados de livre escolha, de decisão, a respeito dos grandes temas nacionais ou sociais. Os "dados"

oferecidos têm a frieza dos algarismos expostos à apreciação de um examinando; êles não podem ser considerados segundo aferições imediatas de fatos concretos da vida individual.

O sufrágio universal subordina todo um sistema de realidades sociais a uma pura abstração, isto é, ao conceito da soberania oriunda das fontes primárias da “vontade geral”. A êste preconceito artificioso e utópico se condiciona tôda a organização nacional, a tese relevantíssima da constituição dos poderes, o significado da representação.

Com o sufrágio universal, o cidadão é forçado a tomar parte em comícios eleitorais que não dizem respeito aos seus interêsses diretos.

Quando dizemos *interêsses*, referimo-nos a consciência de necessidades, a aspirações individuais, condicionadas nas expressões: geográfica de “localidade” e histórica de “classe”. Aludimos aos justos anseios do indivíduo e da sua família, assim como das pessoas que exercitam a sua atividade no mesmo círculo territorial ou na mesma esfera de trabalho e de produção. Pois todo o nosso empenho deve ser o de realizar o máximo de aspirações individuais num máximo de aspirações coletivas, e quando dizemos máximo queremos com isso significar a necessária subordinação dos grupos ao pensamento dominante de disciplina e coordenação do Estado, como instrumento jurídico da Nação.

Não assim a liberal-democracia. Sob a sua inspiração, o voto tanto mais cresce em caracteres gerais, quanto mais diminui em caracteres particulares. Cada vez mais se exclui do voto a expressão representativa de interesses individuais ou grupais, para transformá-lo no grande “lugar comum” onde todos podem estar pacificamente, porque o *voto cívico*, ato do *homem cívico* (aberração filosófica, sociológica e biológica) não admite a presunção de interesses de classes ou de interesses individuais próprios.

A democracia individualista afoga o indivíduo no oceano do sufrágio. O voto, na liberal-democracia, é a vala-comum de tôdas as vontades. Essa grande expressão amorfa, sem caracteres, denomina-se a “vontade geral”, e dela procede, nas democracias, a ilusória “soberania nacional”.

* * *

Nos próprios países perfeitamente unificados, sòlidamente constituídos em tórno de um centro político comum, o sufrágio universal já representa um mal, porque faz os interesses do Estado girarem numa órbita própria, que desconhece todo o sistema de interesses inerentes às atividades do homem na sociedade, seja considerado como fôrça econômica na formação dos grupos financeiros ou profissionais, seja apreciado como fôrça moral, dentro da família, consciência religiosa, cultural, científica ou artística.

O Estado liberal vive num mundo, os habitantes do país noutro mundo. Naquele, todos os interesses se equivalem, todos os homens se reduzem a uma só expressão: a expressão cívica. Neste outro, os homens são diferentes entre si, só havendo uma unidade, que é a das aspirações humanas comuns.

* * *

O sufrágio universal pressupõe uma unidade de objetivos meramente administrativos, ou a gerência dos negócios públicos. É um critério erradíssimo, porque a gerência perfeita pode realizar-se segundo aspirações, doutrinas, pensamentos políticos os mais variados.

Falam os liberais-democratas, freqüentemente, em “moral administrativa”.

Mas, que significa “moral”?

Essa palavra dentro do liberalismo não passa de palavra, porque a moral também varia a sua significação e os seus intuitos, segundo o conceito de que proceda e as finalidades objetivadas.

Não há moral sem conceito filosófico da vida. Na administração pública não podemos compreender moralidade sem definição de conceito de Estado e de objetivos nacionais claramente prefixados.

Onde o voto não traz um princípio de moralidade, porque está descaracterizado pela amplitude do seu conceito, também não pode haver moral pública. Tudo é mentira.

* * *

Dissemos no capítulo anterior que o mundo é o que é, e não o que sonham os teorizadores. Nós, integralistas, pretendemos restabelecer o critério das realidades humanas. Assim, repito, em relação ao Homem, que êle deve ser tomado na verdade mais profunda da sua essência.

E não foi por outra cousa que traçamos antes de tudo, o quadro das finalidades humanas, antes de entrar no estudo político.

A liberal-democracia concebeu o “homem-cívico”, a grande mentira biológica; o marxismo materialista concebeu o “homem-econômico”, mentira tanto filosófica como científica.

Nós, integralistas, tomamos o homem na sua realidade material, intelectual e moral, e por isso, repudiamos tanto a utopia liberalista como a utopia socialista. A liberal-democracia pretende criar o monstro, sem estômago. O socialismo marxista pretende criar o monstro que só possui o estômago e o sexo. Em contraposição ao místico liberal e ao molusco marxista, nós afirmamos o *homem-integral*.

* * *

Em tórno da concepção marxista se criaram fórmulas ilusórias, por serem unilaterais, como sejam o “determinismo materialista”, a “proletarização das massas”, a “socialização dos meios de produ-

ção”, a “ditadura do proletariado”, os “direitos da coletividade”.

Em tôrno da concepção liberal se criaram essas fórmulas sedições que se denominaram “a causa pública”, “a voz das urnas”, “a moralidade administrativa”, o “civismo”, as “massas eleitorais”, “a luta dos partidos”, “igualdade, liberdade, fraternidade”.

Em tôrno da nossa concepção, nós, integralistas, lançamos as fórmulas definitivas de salvação nacional e humana, exprimindo realidades: “O Estado orgânico”, a “organização corporativa da Nação”, a “economia orientada”, a “representação corporativa”, o “homem integral”, o “realismo político”, a “harmonia das forças sociais”, a finalidade social”, o “princípio da autoridade”, o “primado do espírito”.

Condenando a liberal-democracia, que arrasou o mundo à crise pavorosa em que se encontra, queremos feri-la no seu próprio coração, que é o instituto do sufrágio.

O sufrágio universal, isto é, o direito de todos votarem no mesmo candidato, ainda que êste não seja de sua classe, criou o absurdo de um Estado fora das competições econômicas e morais.

Êsse Estado é fraco.

Êsse Estado está agonizando na Europa e na América.

Êle não pôde pôr ordem no interior, nem pôde realizar nada de prático na vida internacional, para

resolver, em conjunto com outros Estados, as questões mais simples, como as do desarmamento, das dívidas de guerra, ou do equilíbrio da produção e do consumo.

O Estado liberal, baseado no voto dos cidadãos, desconheceu a organização dos grupos financeiros e dos sindicatos de trabalhadores. Perdeu o controle da Nação. Tornou-se uma superestrutura, para usarmos a terminologia marxista, um luxo da civilização burguesa e capitalista, uma superfluidade estranha aos imperativos orgânicos dos povos.

À sua revelia, deflagraram-se as lutas entre o Capital e o Trabalho e até mesmo entre o Capital e o Capital. O aperfeiçoamento da técnica multiplicou as possibilidades da produção, alijando o homem das fábricas, e o Estado Liberal foi impotente para manter uma uniformidade de ritmo no trabalho, que possibilitasse a colocação dos produtos e evitasse tanta miséria que se originou de tanta fartura.

O mundo está em desordem porque o Estado Liberal é fraco, é anêmico, é gelatinoso. É o Estado inerte, que assiste, de braços cruzados, à angústia das multidões esfaimadas e o desespero dos chefes de indústria, dos agricultores, que não encontram capacidade aquisitiva suficiente nas coletividades empobrecidas e nuas, para que possam comer e vestir. Estamos assistindo ao incêndio dos estoques: o trigo, nos Estados Unidos; o café, no

Brasil; os carneiros na Holanda e na Argentina: e há tanta criança que tiritita de frio e tantas famílias sem um pedaço de pão!

* * *

Chegou o instante de devolvermos aos ideólogos liberais o presente de grego do voto tal como é praticado.

Que façam bom proveito dêle os que têm o estômago fornido, automóveis, mulheres, divertimentos, poder. Essa panacéia só tem servido para os demagogos exploradores das turbas e para os "gangsters" elegerem presidentes na América do Norte. Só tem servido para separar o Estado da vida econômica e moral da Nação, permitindo que os sindicatos de capitalistas de um lado, e os sindicatos de trabalhadores do outro, combatam o combate cruel dos interesses meramente materiais, afrontando a inteligência humana, desrespeitando as mentalidades superiores, as únicas que devem impor ordem e disciplina a ambos os contendores, a fim de que não desvirtuem os superiores destinos da criatura humana.

* * *

O Integralismo quer realizar uma democracia de fins e não uma democracia de meios. Quer salvar a liberdade humana da opressão do liberalismo.

Quer salvar a dignidade do homem do torvo materialismo dos capitalistas e dos comunistas.

O Integralismo surge como a única força capaz de implantar ordem, disciplina. A única força capaz de amparar o homem, hoje completamente esquecido pelo Estado liberal-burguês, como aniquilado e humilhado pelo Estado marxista soviético.

Nas democracias o homem está entregue a si mesmo.

Nos tempos de paz, os governos só se lembram dêle para lhe cobrar impostos, para lhe exigir que acorra ao serviço militar, ao júri, que atenda ao apêlo da guerra, quando fôr preciso. Se o homem está desempregado, que suba e desça as escadas mendigando colocação. Se está enfêrmo e pobre, que recorra à caridade pública. Se já não pode trabalhar, que mendigue, pois não faltarão mesmo decretos, que lhe garantirão o exercício dessa profissão. Se plantou e não tem meios de custear a pequena lavoura, que se arranje. Se é operário ou camponês, e as fábricas e as fazendas já não têm serviço, que trate de cavar por si mesmo a sua vida. Se existe superprodução de mercadorias e de braços, o mais que o govêrno pode fazer é oferecer-se para queimar as mercadorias, não tardando que se ofereça a aproveitar a carne dos trabalhadores sem emprêgo para fazer sabão. E se há conflitos de classes, que o problema seja resolvido à pata de cavalo. Ou então, que as indústrias rebentem, não podendo

satisfazer às exigências do proletariado. E se há gente dormindo pelos bancos das avenidas, tal coisa não passa de uma fatalidade cujos desígnios os governos não podem contrariar...

E isso é a liberal-democracia. O regime onde ninguém está garantido: nem o capitalista, nem o operário; nem o industrial, nem o comerciante, nem o agricultor. Compreende-se que, num regime assim, cada qual trate de se salvar por meio de aventuras pessoais, muito embora os ideólogos fanáticos e os fariseus hipócritas clamem pela moralidade administrativa.



O liberalismo democrático é hoje defendido apenas pela grande burguesia e pelas extremas esquerdas do proletariado internacional.

E isso se explica. Sendo o regime que não opõe a mínima restrição à prepotência do capitalismo, é o preferido por êste, que, através das burlas liberalistas, exerce a sua influência perniciosa no governo dos povos, em detrimento das nacionalidades, tão certo é que o capitalismo não tem Pátria. Por outro lado, evitando a interferência do Estado na vida econômica das nações, e oferecendo ampla liberdade à luta de classes, facilita o desenvolvimento marxista do fenômeno econômico e social,

preparando as etapas preliminares da ditadura comunista (1).

Os mais fervorosos adeptos do liberalismo são os que pretendem destruir as Pátrias e o Indivíduo com suas projeções morais e intelectuais: é o argentário, o homem de grandes negócios, de um lado, e o anarquista, o comunista, de outro lado.

O ódio de uns e de outros, contra as mentalidades cultas e contra o espírito elevado e nobre da classe média, não tem limites. Já um socialista espanhol exclamou no auge da cólera: “a pátria do capitalista é onde estão seus negócios; a pátria do proletário é onde está seu pão: só a classe média tem pátria”.

(1) Estava este livro em provas, quando o jornal burguês “O Estado de São Paulo” confessou e em artigo de crítica a um livro de Vitor Viana, as intenções do liberalismo democrático, isto é, a marcha para o comunismo, dizendo: “Não há dúvida alguma de que a evolução da humanidade para a “esquerda” é um fato indiscutível. As tendências profundas dos homens são para a emancipação de todos os indivíduos e de todas as classes, para a extinção de todos os privilégios e regalias de castas e nascimentos. A verdadeira política será aquela que coordene e não a que embarace a evolução natural dos homens”. Ora, essa política só pode ser “realizada em regime democrático”.

Diante dessa confissão, não me cumpre mais, como paulista consciente e brasileiro, do que chamar a atenção dos meus coestaduanos que ainda amam a Família, a Pátria e Deus, para o erro dos que ainda não vieram cerrar fileiras no “Integralismo”, última expressão do espírito bandeirante.



Não se trata, porém, de classe média, e sim da inteligência e da cultura, da moralidade e do espírito que criam a dignidade humana, determinando que esta paire acima das lutas mesquinhas, consciente dos superiores destinos da criatura humana.

A liberal-democracia, realmente, só aproveita aos poderosos, que exploram os pobres e os fracos, e aos demagogos marxistas, que exploram a ignorância das massas trabalhadoras e a inexperiência dos estudantes bisonhos, mantendo-os no obscurantismo, a fim de que só aprendam a filosofia materialista, que os tornará mais rapidamente escravos.

Explica-se o motivo por que os grandes banqueiros, as grandes empresas jornalísticas a sôlido de sindicatos financeiros ou industriais, os políticos a serviço de *trusts* e monopólios, os agiotas de todo jaez e os negociistas de todos os quilates vivem a proclamar as excelências da liberal-democracia e investem contra o Integralismo com tôdas as suas armas: é que o dinheiro não tem pátria e o seu portador não tem coração; o menor pânico num país determina a fuga do ouro para outro país, e a menor notícia de disciplina governamental em relação à vida econômica alarma os arraiais da usura ericando o pelo das hienas de garras aduncas.

Evidencia-se também a razão por que os marxistas toleram perfeitamente as democracias liberais.

Não foi por outro motivo que os bolchevistas apoiaram Kerenski, na ocasião em que êste se achava sob a ameaça de Korniloff. Representava Kerenski a revolução burguesa, que precede a revolução proletária: e Lenine sabia perfeitamente que sem o livre desenvolvimento econômico, sob a égide da democracia, não lhe seria possível o golpe de outubro.

* * *

A democracia liberal significa o país desorganizado e o govêrno inexpressivo das fôrças econômicas da Nação.

Vivendo na tôrre de marfim das fórmulas constitucionais delimitadoras do poder do Estado, o liberalismo é a indiferença diante do duelo de morte de duas classes. É a impotência governamental. É a fórmula inútil que serve apenas às divulgações e controvérsias de juristas empedernidos.

É o suicídio da burguesia e a véspera do suicídio do proletariado.

Nós, integralistas, que pretendemos realizar a verdadeira democracia, que não é a liberal, mas a orgânica, em consonância com o ritmo dos movimentos nacionais, condenamos tôdas as formas de liberalismo, porque atentam contra a dignidade humana e conduzem as massas para a degradação, como conduzem o homem à animalização completa.

Combatemos o voto desmoralizado e a liberdade sem lastro, pois queremos o voto verdadeiro e a liberdade garantida.

Combatemos as hediondas quadrilhas das oligarquias a serviço dos poderosos. E, pelo mesmo motivo, combatemos a utopia socialista.

III

ALERTA CONTRA O SOCIALISMO

Já viu o povo brasileiro que nada mais tem a esperar da liberal-democracia, que está desmoralizada em todos os países do mundo e muito mais aqui, como provaremos no capítulo seguinte.

Vejamos se deve contar com o socialismo para a cura dos seus males.

Insistamos em repetir a pergunta do primeiro capítulo: qual o destino do homem e da sociedade?

Já vimos que o homem não nasceu apenas para comer e procriar; nem tampouco para só estudar ou produzir obras de arte; nem ainda para viver uma vida exclusivamente contemplativa e espiritual.

O homem vive para tudo isso. É justo que tenha conforto material, que se alimente, que se vista, que se reproduza; é razoável que se dedique à ciência, à arte, ao pensamento; é natural que nutra aspirações transcendentais. Tudo isso, harmonizado, de acordo com as tendências de cada um e debaixo de um critério superior de espiritualidade e de interesse nacional, social e humano, realiza o Homem Integral.

seu sentido não é de construção, mas de manutenção da luta de classe.

O integralismo considera o marxismo um ideal anti-revolucionário, porque se baseia na evolução determinista, que é a filosofia burguesa do século passado, e condena-o como antidinâmico, porque concebe, no futuro, uma sociedade estática e um homem definido segundo um ponto de vista unilateral.

O integralismo proclama-se a única força revolucionária, porque pretende integrar no Estado, não só as expressões da economia, da sociedade e da moral, como a sua dinâmica, transformando a luta desordenada que se fere fora dos âmbitos do Estado, em harmonização de contrários, através do desenvolvimento contínuo dos fatores materiais do progresso e da marcha de aperfeiçoamento do Espírito.

O povo brasileiro deve, nesta hora histórica, renegar a liberal-democracia e seu aliado, o socialismo.

Aquela, gera a oligarquia plutocrática e prepara o caminho ao comunismo.

Este, acelera a marcha da destruição da Pátria e da escravização do homem.

IV

NOTAS SUMÁRIAS DA VIDA BRASILEIRA

Quem estudar a evolução dos fatos na história brasileira, observará como êste grande povo, trabalhador, resistente, vem sendo explorado e ludibriado pelo espírito liberalista do século XIX, a serviço do capitalismo internacional.

O estudo da vida brasileira deve ser feito sob o critério da metodologia marxista.

Afirmando isso, depois de condenar nas páginas anteriores a filosofia materialista, o leitor, por certo, estranhará.

Mas é preciso ficar bem claro que se condenamos o marxismo como filosofia, se o repudiamos como finalidade e como processo político, nós, integralistas, o toleramos como documentação e como método para deixar bem claros:

1.º o verdadeiro sentido do liberalismo-democrático na sua evolução econômica;

2.º a unidade de pensamento e a identidade de propósitos do capitalismo-burguês e do marxismo-comunista.

Analizada, pois, a vida brasileira sob o critério marxista, notamos como temos sido um mero instrumento nas mãos do capitalismo internacional.

A nossa independência foi patrocinada pela Inglaterra, que, tendo perdido sua grande colônia americana, precisava criar novos mercados. Esse episódio, que nos parece tão belo, e que gravamos no quadro sugestivo do grito do Ipiranga, foi arquitetado no gabinete de Canning, primeiro ministro inglês. Debalde Metternich e a Santa Aliança, contrariando o sentido do século, tentaram manter-nos agrilhoados a Portugal. Interesses econômicos da produção pesavam mais fortemente em nossos destinos.

Recebendo nós a Independência, ela não nos era dada gratuitamente: começávamos a vida dos empréstimos e entrávamos em nossa maioria política já grilhetados pelos agiotas.

Mas a liberal Inglaterra queria civilizar-nos fazendo-nos participar das delícias do progresso: e, assim, grandiosa e magnânima, impunha-nos, a nós, bárbaros, a abolição do tráfico de negros e a extinção gradual da escravidão. Era uma atitude belíssima, essa, da Grã-Bretanha, como sempre pioneira da liberdade: mas os teares da Inglaterra precisavam que consumíssemos os seus tecidos, e, os seus milionários, que lhes tomássemos dinheiro a juros. Nem era possível que continuássemos a manter tão barata mão de obra, quando às indústrias

européias se antolhavam os lineamentos de um futuro em que o operariado, organizando-se, valorizaria a mercadoria-trabalho.

Surgimos, assim, fazendo dívidas e desorganizando a nossa incipiente produção.

Tudo isso nada seria, se a marcha universal não nos conduzisse para uma situação de pobreza e insolvabilidade.

É que terminara, desde o alvorecer do século XIX o ciclo econômico do ouro, tornado agora mero padrão financeiro. A riqueza, devendo ser definida como acêrvo de bens em relação máxima com o sentido de uma civilização, passava a ser constituída pela hulha e o ferro.

Nós surgimos, em nossa independência, paupérrimos. Tínhamos de importar a hulha e, por isso mesmo, não podíamos explorar nossas jazidas de ferro; entretanto todo o país estava por desbravar e a agricultura exigia transportes.

Metemos, assim, ombros ao trabalho da construção econômica do país, porém dependendo em tudo do estrangeiro, desde a importação do maquinismo agrário e do material de transporte, até à importação dos próprios capitais que encontravam horizontes promissores na terra brasileira.

Os capitais estrangeiros, emigrando para o Brasil, vinham em busca de taxas de juros, de lucros compensadores, que não encontravam na Europa. Tivemos, dêsse modo, em todo o período da

nossa história de vida independente, a mercadoria-dinheiro por um preço elevado.

A escassez de capitais e a necessidade do progresso material conjugaram-se de tal forma que tivemos de adotar uma política extremamente liberalista, a fim de facilitar o emprêgo do dinheiro estrangeiro em iniciativas no país.

O liberalismo, que era a palavra de ordem do século, tornava-se a voz de comando dos detentores de capitais, no sentido da escravização econômica dos povos jovens do planêta e, principalmente, daqueles que, não possuindo hulha e ferro, se viam, como nós, nas mais duras contingências.

Essa onda de liberalismo, que nos livrava da metrópole portuguesa (como as outras nações do continente, da métrópole espanhola), deveria levar-nos ao jugo do capitalismo internacional, subordinando a nossa vida de povo às oscilações caprichosas de Londres e depois de Nova York.

Fomos liberais em excesso, multiplicando-se os manifestos e discursos no sentido de novas conquistas de liberdade. Para mais nos parecermos fiéis ao liberalismo inglês, adotamos o regime parlamentar, embora não possuíssemos, na realidade, partidos propriamente ditos para o jôgo do sistema.

Valeu-se o regime do artifício do Poder Moderador, o qual se tornou o árbitro das quedas ou ascensões dos partidos, uma vez que a índole do povo não tolerava senão um só partido: o governamental.

À simples dissolução do parlamento, as massas eleitorais compreendiam que o partido no Poder já não contava com a confiança do Imperador: e as urnas, logo depois, referendavam a sentença do trono, sagrando o partido contrário.

O fato é que o liberalismo-democrático repugnava a índole do povo brasileiro, o qual vinha da colônia com o velho espírito de caudilhismo local e o alto sentido da autoridade suprema da Nação.

Enquanto, na esfera política, verificava-se a inadaptabilidade do povo brasileiro à democracia-liberal, verificava-se no terreno econômico a escravidão lenta e firme do país ao dinheiro estrangeiro.

É preciso não encarar, no Brasil, a fase constitucional como uma fase liberal.

Para a elite dirigente, formada na filosofia naturalista do século, a constituição significava a limitação do Poder, conseguintemente uma conquista de liberdade popular. Essa elite, que residia nas cidades maiores ou na Côrte, sentia de perto o arbítrio imperial e a Constituição, de qualquer maneira, representava uma vitória da soberania e da vontade dos cidadãos. Mas, para as populações disseminadas pelo interior brasileiro, onde a vida de aventura, a tradição dos abusos e dos excessos de tôda a ordem exigia um freio ao individualismo bandoleiro ou mesmo patriarcal, a Constituição significava a ordem e a disciplina restauradas. É que o Poder, achando-se geogràficamente longe, não se fazia sentir como

fôra mister, para regular as relações dos indivíduos ou dos grupos feudais.

Assim, os que apelam para a índole liberal do povo brasileiro, demonstram não conhecer as nossas realidades, pois o nosso povo é sedento de ordem e disciplina, subordinando-se espontâneamente à autoridade.

O grande rumo liberalista da política brasileira obedeceu sempre ao interêsse dos capitais estrangeiros e de grupos incipientes da burguesia capitalista nacional. A advocacia administrativa, os interêsses de emprêsas comerciais, tudo isso influiu na direção liberal da política brasileira, sem a menor interferência consciente das massas. Cumpre acrescentar que a democracia liberal encontrava os seus prosélitos mais fervorosos em intelectuais, de formação cultural européia, encharcados de filosofia materialista ou de literatura romântica, em juristas sem consciência das realidades nacionais e sem capacidade de criação original.

Os partidos e a imprensa fizeram o jôgo do capitalismo, conquanto pareça que faziam a defesa da liberdade e do direito.

A marcha liberalista levou-nos à hipertrofia dos grupos econômicos regionais, o que seria fatal onde o individualismo econômico não se subordinava a nenhuma diretriz superior de supremos interêsses da Nação. Essa hipertrofia degenerou em natural sentimento de região e o grito das Províncias em prol

do federalismo obedecia à fatalidade da própria marcha liberal que era uma marcha desagregadora.

O anseio pela autonomia administrativa, anseio até certo ponto justo, dada a imensidade do nosso território, ia-se traduzindo, entretanto, na voz dos partidos, em aspiração da autonomia política, de todo o ponto perniciosa à autoridade do Poder Central. Era a cristalização de grupos econômicos, era a reação da "economia", contra o Espírito Nacional, era a superposição dos fatores materiais sobre os fatores morais.

O liberalismo impunha, contra o espírito profundo da unidade nacional, o seu sentido de desagregação e de ruína através da ação contínua da advocacia administrativa, a suprema interessada em manter os grupos estaduais e os cambalachos de bastidores.

Chegado ao período agudo em que o federalismo já traduzia a aspiração nítida da independência política regional, os inimigos inconscientes da Pátria, unidos aos conscientes, precipitaram a última etapa da fase monárquica, realizando a República e a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, que consagrou o princípio segundo o qual o Brasil estava condenado à morte.

Realmente, fazendo desaparecer os partidos embora inconsistentes, mas expressivos, pelo menos em tese, da opinião geral do país, a Constituição de

1891 lançou as bases das oligarquias estaduais e preparou as futuras guerras fratricidas.

A República determinou o aparecimento de um partido em cada Estado e êsses partidos, de programas meramente nominais e sem orientação doutrinária, tornaram-se máquinas eleitorais, destinadas a manter as aristocracias e plutocracias de cada Província, que não tiveram mais o contrôle incômodo da autoridade suprema da Nação.

O desenvolvimento econômico de cada Estado foi determinando a formação de uma casta dominadora, que sufocava com as suas forças públicas (polícias estaduais) as massas trabalhadoras. Os municípios perderam gradativamente a sua autonomia e a Província absorveu, em seu benefício, e contra a Nação, todos os localismos expressivos dos patriarcados brasileiros.

Quando as três maiores forças (Minas, São Paulo e Rio Grande) se julgaram suficientemente fortes, tendo aniquilado os municípios e escravizado as classes proletárias, tendo banido tôda a preocupação moral e todo conceito de finalidade, tendo reduzido as aspirações a simples progressos materiais, cada qual das três oligarquias pretendeu impor a sua hegemonia à Nação.

Essa hegemonia tinha por fim exclusivo a facilidade de negócios, a proteção de emprêsas comerciais e industriais, a colocação de políticos em altos cargos, e nunca os interêsses superiores da Pátria, pois

esta constituía sempre uma figura de retórica na bôca dos parlamentares e dos jornalistas mercenários, quase sempre trancados nas gavetas de capitalistas.

A sôlido dessa oligarquia organizou-se uma imprensa corrosiva e sôrdida, com o fim exclusivo de desorientar as populações das grandes cidades, conduzindo-se dessa forma a opinião pública, pelo sentimentalismo doentio ou a maledicência, ao sabor dos plutocratas, de uma burguesia materialista e nefasta.

Essas burguesias dos grandes Estados, com ares de magnatas aristocráticos, mandaram e desmandaram, realizaram negociatas e, por fim, acabaram odiando-se e arrastando na sua onda de ódios mesquinhos, sob a sugestão de palavras mirabolantes, a mocidade da Pátria.

Eram as lutas hegemônicas, instauradas com a política dos governadores, desde Campos Salles.

Em quarenta anos de república federativa liberal-democrática, nós assistimos no Brasil, sob os aspectos do pragmatismo americano e sob o signo positivista de "ordem e progresso", ao desencadear da luta econômica, que se exprimiu, na esfera administrativa, através de favores públicos a empresas particulares, de protecionismos escandalosos e de isenções imorais, e na esfera da política, pela manutenção do obscurantismo das massas eleitoras, seu agrilhoamento aos governos dos Estados, sua exploração pela palavra dos demagogos da praça pública.

No plano moral, verificou-se, dia a dia, a abolição de todos os escrúpulos, a sustentação do ideal humano baseado no êxito, o esquecimento das tradições da Pátria Brasileira, a repulsa dos princípios eternos da religião do povo, a gradual extinção do sentimento da família e dos deveres para com ela.

Tudo isso era a marcha do liberalismo, que contrariava a índole da Raça, mas mantinha na submissão aos poderosos as multidões eleitorais.

O individualismo sem peias transformou a luta política em luta pelos interesses pessoais ou de grupos de apaniguados, surgindo essa política nefasta e aviltante dos chefetes e caudilhos de todo jaez.

Na Capital da República, principalmente, não se praticou mais a luta eleitoral no alto sentido das idéias, e sim da aventura pessoal de cabos acompanyados com núcleos de votantes. O famigerado Conselho Municipal do Distrito Federal exprimiu, pela sua indisciplina, pela sua demagogia barata, pela sua inconsciência, o índice da vontade eleitoral de uma população que o materialismo tornou oportunista.

A procura de empregos, de proteção, de simples promessas desvalorizava a "mercadoria-voto", cuja oferta no mercado da opinião pública se fazia às bateladas, ao capricho dos que mais dispunham de colocações ou de dinheiro.

O regime liberal-democrático não era mais do que uma terrível máquina usada pelos partidos de argentários, todos sem programas ideológicos, para

triturar as massas trabalhadoras e ferir a unidade da Pátria.

* * *

Realmente, o sufrágio universal não passava de um engôdo das turbas, facilitando a formação de sindicatos políticos, a explorarem com o ouro internacional a matéria-prima do voto.

Nação desorganizada, onde o homem se encontrava completamente desamparado, à míngua de tôda a proteção do Estado; nação dividida em 21 nações, governadas por tiranetes; nação sem finalidade moral, só cogitando do objetivo do lucro pessoal e do comodismo, não podia deixar de ser o teatro das inglórias batalhas de oligarquias, que carreavam no seu bôjo a massa amorfa e sem capacidade de reação intelectual dos votantes.

Entretanto, a marcha inexorável da exploração internacional prosseguia sempre, sem tréguas, e chegamos a 1930 completamente encalacrados de dívidas, com o problema do desemprego a inquietar-nos, a questão social a se esboçar, clara e eloqüente.

* * *

Já a êsse tempo, tendo cumprido a primeira jornada de sua tétrica missão, isto é, tendo desagregado sentimental e econômicamente a Pátria, o liberalismo entrou a cumprir sua missão dissolvente, abrindo os portos do Brasil às ideologias extremistas. Estávamos

em estado de suficiente desespero para nos inclinar-mos às soluções esquerdistas. Já tinha o povo brasileiro sido habituado aos métodos socialistas, pela submissão completa às oligarquias dominantes; da religião só existia um falso catolicismo de batismos e missas de sétimo dia; da família só restava o último resquício do instinto animal. A burguesia brasileira tolerava perfeitamente tôdas as amoralidades e até muitas imoralidades. Os moços tinham sido educados na filosofia do êxito. O regionalismo separatista levava populações inteiras de províncias a ridicularizarem o pavilhão nacional. O clero era liberal-democrata, amigo de potentados, de maçons endinheirados. Estávamos em pleno regime de tolerância. Não éramos uma Nação, não éramos uma Pátria, mas uma feira de interesses regionais e individuais. Não seguíamos idéias, mas homens. O Brasil tinha chegado ao auge da corrupção política.

Chegava o momento de a liberal-democracia ministrar a peçonha do comunismo. Apareceram professôres a pregar nas cátedras o materialismo histórico. Livros às carradas circularam. Os jornais se enchiam de marxistas, emparelhados com os oportunistas.

Diante desse imenso cenário de degradação nacional, os responsáveis pela direção dos partidos surgem com seus brometos e águas de melissa, desenrolando ridículos programas sem afirmativas, preo-

cupados eternamente com a “boa administração” e a “liberdade do povo”.

Nem pragmáticos (o que seria conceder-lhes a honra de possuírem uma filosofia), mas simples charlatães, êsses chefes de partido não passam de mentalidades ineptas e de vaidosos fúteis, a serviço de interêsses capitalistas e de negociatas escusas.

Chega-se ao extremo desespero de uma situação criada pelo materialismo grosseiro.

Derramou-se o sangue da mocidade da Pátria em guerras fratricidas. Excitou-se o ódio das províncias entre si e de cada uma contra a Mãe Pátria. Espicçou-se a cólera do proletariado contra uma civilização de plutocratas sem alma. Estimulou-se nestes o instinto conservador de crueldades e desumanidades. Submeteu-se o Brasil a uma posição de desprestígio internacional. Desiludiram-se as novas gerações, envenenando-as de ceticismo, de descrença, ou estimulando-as na prática exclusiva de prazeres materiais. Implantou-se nas classes armadas a indisciplina e a desconfiança. A desgraça dos caudilhos civis, juntou-se a desgraça, ainda maior, dos caudilhos militares. Lavrou a incultura, mascarada pelo eruditismo e pelo alarde de sabença de doutôres imbecilizados no ridículo de elucubrações estéreis. Disseminou-se a confusão nos meios intelectuais. Abandonou-se a infância ao ensino sem educação moral e patriótica. Olvidou-se o trabalhador da cidade e do campo, como se procurou matar tôda pequena

iniciativa, pela insuficiência dos aparelhamentos de crédito, só prodigalizados aos grandes.

Somos hoje um povo que acompanha caudilhos e uma turba de caudilhos que trabalha mesquinamente por desmoralizar os valores nacionais que surgem em nome da cultura, da energia do espírito, dispostos a levar o Brasil para melhores destinos.

Foi a obra do liberalismo e é contra êle que se levanta o integralismo, com a sua concepção de Estado.

V

O INTEGRALISMO NA HORA PRESENTE

As ameaças que pesam sôbre o Brasil, depois das revoluções de 30 e 32, são as seguintes:

1.º) — Reorganização das oligarquias estaduais, com a volta das lutas entre os grandes Estados desejosos de conquistar a hegemonia federal.

Como conseqüências políticas:

a) — Refortalecimento do poder dos governadores de Estado;

b) — Absorção, por êstes, dos legislativos estaduais;

c) — Debilitação progressiva da autonomia municipal;

d) — Influência, cada vez mais forte, dos governadores dos grandes Estados sôbre o Congresso Federal, através dos líderes de bancadas; (1)

e) — Enfraquecimento do Poder Central, subordinação do Poder Executivo da República aos conchavos de bastidores dos grandes Estados.

(1) Estava-se em 1933.

Como conseqüências econômico-financeiras:

a) — Subordinação do estudo dos problemas mais relevantes a um critério regional;

b) — Influência antinacional de grupos financeiros ou econômicos nas decisões do Govêrno, através da advocacia administrativa inerente às oligarquias regionais;

c) — Guerra econômica e administrativa de Estados contra Estados, exercida através de postos da administração pública federal, conquistados pelas oligarquias estaduais;

Como conseqüências sociais:

a) — Escravização crescente das classes trabalhadoras provinciais, a uma minoria detentora do poder regional e cada vez mais identificada aos interesses dos patrões;

b) — Organização, à revelia do govêrno, e baseada no próprio liberalismo, das massas obreiras, que passam a ser orientadas por elementos subversivos, ameaçando destarte a segurança e a ordem sociais;

c) — Predominância cada vez maior dos grupos financeiros nas administrações estaduais e da República, governando, efetivamente, pela mão dos políticos.

Como conseqüências morais:

a) — Acentuação progressiva do sentimento regionalista nas classes burguesas opressoras das multidões de trabalhadores;

b) — Agravação do sentido internacionalista das classes proletárias;

c) — Subordinação das massas eleitorais do interior de cada província aos impositivos de ordem puramente municipal, hàbilmente manobradas pelos governadores e partidos oligárquicos dominantes;

d) — Sentido meramente pragmático das administrações públicas estaduais e federal, tendo como resultado a diminuição do sentimento de moralidade e o abaixamento do índice espiritual das multidões.

* * *

2.º) — Regresso ao regime agnóstico, materialista, à República sem outra finalidade senão a do progresso material.

Como conseqüências:

a) — Gradativa deslocação para planos secundários e ínfimos, do sentido espiritual da existência;

b) — Progressivo desprestígio dos intelectuais, dos pensadores, filósofos, poetas, pintores, escultores, músicos, os quais irão passando, de acôrdo com a índole do regime liberal-democrático, a serem

considerados como simples áulicos de poderosos e bibelôs de recepções;

c) — Valorização crescente dos afortunados, dos homens de negócios, dos espertos, dos técnicos de transações, dos jogadores audaciosos da bolsa e dos usurários de todos os quilates;

d) — Desmoralização natural, lógica, da administração pública.

* * *

3.º) — Retôrno aos governos fracos, impotentes para orientar a produção e o comércio nacionais.

Como conseqüências:

a) — Impossibilidade de se traçar um plano geral de produção nacional, não só pelas limitações autofixadas pelo Estado, como pelas injunções de caráter regional;

b) — Luta econômica à revelia do Estado;

c) — Multiplicação das crises por impossibilidade de contrôle diretivo da produção;

d) — Agravação da luta entre o Capital e o Trabalho, entregues ambos a si próprios;

e) — Influência progressiva do capitalismo internacional sôbre a economia da Nação; evasão do ouro nacional sob mil formas e pretextos;

f) — Escorchamento do produtor pela insuficiência do aparelhamento de crédito para estímulo

das iniciativas e sua conseqüente subordinação aos caprichos do mercado monetário;

g) — Dificuldades na elaboração de orçamentos, dada a variabilidade das influências de grupos regionais sobre a orientação financeira da União;

h) — Impossibilidade de uma política de sentido nacional, em qualquer esfera da atividade humana, desde a econômica à cultural.

* * *

4.º) — Regresso à demagogia parlamentar ou à Ditadura arbitrária e sem base filosófica, jurídica ou econômica.

Como conseqüências:

a) — O sufrágio universal, matéria-prima explorada pelos sindicatos políticos estadualistas, mesmo na sua forma secreta;

b) — Desamparo dos eleitores, transformados em simples valores-cívicos, sem expressão humana, por conseguinte sujeitos a interesses particulares prementes;

c) — Exploração das massas urbanas pelos demagogos de praça pública e pelos jornalistas mercenários;

d) — Guerras civis pela conquista de hegemonia política;

e) — Elevação das mediocridades e o afastamento dos valores culturais da vida pública;

f) — Deflagração das massas no sentido extremista.

* * *

De tudo isso está ameaçado o Brasil e, principalmente, ameaçado de duas desgraças:

1.º) — o separatismo;

2.º) — o comunismo.

É para salvar o povo brasileiro dêsses dois males, que surgiu o movimento integralista.

Caminhar para o separatismo é marchar para a falência de uma geração, para a vergonha de uma Pátria.

Seguir para o comunismo é abdicar de toda a dignidade humana.

* * *

O Integralismo pretende, antes de tudo, libertar o Brasil de fórmulas teóricas vazias de sentido prático, segundo as quais se tem submetido a nossa vida nacional a um critério de abstração, que não encontra o menor fundamento na realidade.

O Integralismo quer realizar a verdadeira democracia, que é a democracia de fins, e não a de meios.

O Integralismo, aceitando a permanência do fenômeno revolucionário na História, como expressão das tendências modificadoras e renovadoras do Espírito Humano, deseja transportar êsse fenômeno para o âmbito do Estado, de sorte a evitar que se formem e se organizem duas forças antagônicas: a do Estado e a da Sociedade.

O Integralismo objetiva, em contraste com a liberal-democracia:

1.º) — Identificar o Estado como instrumento da Nação;

2.º) — Subordinar a luta de classe (operários e patrões) ao supremo critério da Pátria;

3.º) — Submeter a produção aos interesses nacionais;

4.º) — Impor às Províncias um ritmo uniforme de política nacionalista, visando a unidade da Pátria;

5.º) — Traçar nítidos limites à autonomia política das unidades federais e aos municípios componentes das Províncias Brasileiras;

6.º) — Reformar de alto a baixo o ensino, criando a Universidade, segundo um conceito filosófico e político baseado no espiritualismo, moralizando os cursos de humanidades e imprimindo caráter de extrema brasilidade à escola primária;

7.º) — Disseminar o crédito, dar eficiência prática ao aparelhamento bancário;

8.º) — Dar maior amplitude à ação educativa nacional, armando o Ministério respectivo da capacidade de ação necessária;

9.º) — Reprimir o comunismo, não pelos métodos de violências da polícia liberal-democrática, que hipòcritamente massacra os pobres proletários enquanto protege os comunistas de colarinho, mas pela ação enérgica contra os responsáveis intelectuais na propaganda desnacionalizadora do bolchevismo, inimigos da Pátria, os quais, como tal, devem ser considerados;

10.º) — Reprimir os abusos do capitalismo, sua ingerência nos negócios do Estado, sua crueldade para com as massas proletárias, sua ganância, sua avareza, a opressão que exerce contra os produtores;

11.º) — Sufocar o cosmopolitismo, o esnobismo, as imitações dos costumes estrangeiros, o sibaritismo materialista das classes burguesas, ensinando-as a amar o Brasil, a cultuar a Pátria;

12.º) — Fundar tôda a moral brasileira nos sentimentos religiosos, base da honestidade e da disciplina social.

* * *

Para isso, o Integralismo substituirá a representação partidária pela verdadeira representação, que é a representação corporativa.

É sôbre a base corporativa que o Integralismo constituirá a Pátria Brasileira.

Só a corporação exprime os legítimos interesses da Nacionalidade, não só porque constitui uma expressão econômica, mas principalmente porque representa uma expressão ética.

A Pátria Brasileira é a síntese do Estado e da Nação.

O Integralismo não pretende erigir o Estado em fetiche, como o socialismo, nem tampouco reduzi-lo a um fantoche, como o liberalismo; ao contrário de um e de outro, quer o Estado vivo, identificado com os interesses da Nação que êle representa.

O Integralismo não admite que nenhuma Província se superponha à Nação ou pretenda dominar politicamente as outras. Não admite que o regionalismo exagerado e dissociativo se desenvolva em qualquer ponto do território da Pátria.

O Integralismo não consente que as Províncias escravizem os municípios, que os patrões escravizem os operários, que o Capital estrangeiro escravize o nosso povo, que os agentes comunistas pretendam escravizar-nos a Moscou.

O Integralismo pela constante ação doutrinária e apostolar, não permite que os demagogos incultos ou de má-fé explorem a ingenuidade das turbas, muito menos que a imprensa subordine a sua diretriz a interesses de argentários ou poderosos em detrimento da Nação.

O Integralismo não concede o direito de se denominarem “revolucionários” àqueles que revelarem

incultura e simples temperamento de aventureiros ou de insubordinados.

O Integralismo exige que a mocidade não se entregue aos prazeres materiais, mas dignifique a sua Pátria no trabalho, no estudo, no aperfeiçoamento moral, intelectual e físico.

O Integralismo dará um altíssimo relêvo aos pensadores, filósofos, cientistas, artistas, técnicos, proclamando-os supremos guias da Nação.

O Integralismo declara verdadeiros heróis da Pátria: os chefes de família zelosos e honestos, os mestres, os humildes de todos os labôres, das fábricas e dos campos, que realizam pelo espírito, pelo cérebro, pelo coração e pelos braços a prosperidade e grandeza do Brasil.

O Integralismo considera inimigos da Pátria todos os que amarem mais os sofismas, as sutilezas filosóficas e jurídicas do que o Brasil, ao ponto de sobrepô-los aos interesses nacionais; os que forem comodistas, preguiçosos mentais, vaidosos, alardeadores de luxo e de opulência, opressores de humildes, indiferentes para com os cidadãos de valor moral ou mental; os que não amarem as suas famílias; os que pregarem doutrinas enfraquecedoras da vitalidade nacional; os "blasés", os céticos, os irônicos, míseros palhaços desfibrados.

O Integralismo quer a Nação unida, forte, próspera, feliz, exprimindo-se no lineamento do Estado, com superior finalidade humana.

O Integralismo quer acabar, de uma vez para sempre, com as guerras civis, as masorcas, as conspirações, os ódios, os despeitos, unindo todos os brasileiros no alto propósito de realizarem uma Nação capaz de impor-se ao respeito no Exterior.

O Integralismo proclama que não há direito algum que se sobreponha aos direitos da Nação, limitados êstes pelos princípios do Direito Natural baseados em Deus, pois assim esta garantirá eficientemente os direitos dos indivíduos, dos grupos de indivíduos, dos municípios, das províncias, dirimindo contendas, harmonizando interêsses.

O Integralismo não é um partido: é um movimento. É uma atitude nacional. É um despertar de consciências.

É a marcha gloriosa de um Povo.